

## POSSIBILIDADES DE UMA HISTÓRIA PRAGMÁTICA DO POLÍTICO

*POSSIBILITIES OF A PRAGMATIC HISTORY OF THE POLITICAL<sup>1</sup>*William J. Novak<sup>A</sup>Stephen W. Sawyer<sup>B</sup><sup>A</sup> Professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.<sup>B</sup> Professor de História na The American University of Paris, na França.Correspondência: [wnovak@umich.edu](mailto:wnovak@umich.edu) / [ssawyer@aup.fr](mailto:ssawyer@aup.fr)

DOI: 10.12957/rfd.2022.71593

Artigo recebido novembro de 2022 e aceito para publicação em dezembro de 2022.

Este ensaio consiste em uma tentativa inicial de propor um método que vem lentamente ganhando forma em nossas investigações individuais e colaborativas acerca da história da democracia nos Estados Unidos e na França. Nossa abordagem como um todo se baseia em diversas influências metodológicas, mas, neste ensaio em particular, destacamos apenas dois dos precedentes mais influentes do nosso trabalho: primeiro, a abordagem pragmático-hermenêutica explicitamente delineada em “Thinking Historically: A Manifesto of Pragmatic Hermeneutics”, de James T. Kloppenberg; segundo, os ensaios metodológicos de Pierre Rosanvallon sobre uma história conceitual do político, apresentados em sua palestra inaugural no *Collège de France*.<sup>2</sup> A primeira seção deste artigo relata as primeiras pesquisas voltadas para uma concepção mais filosófica da história americana conforme demonstram as investigações de James Kloppenberg acerca de uma hermenêutica mais pragmática. A segunda parte traça o caminho um tanto diverso de Pierre Rosanvallon em sua busca por uma orientação histórica mais pragmática a partir de seu lugar particular em uma tradição histórica francesa, com um *pedigree* filosófico (e simbólico) já bem desenvolvido. Concluimos com algumas breves reflexões sobre como os rudimentos do método histórico pragmático podem ser implementados e desenvolvidos no futuro.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> A tradução do texto para o português foi realizada por Ana Luiza de Souza Lopes.

<sup>2</sup> James T. Kloppenberg, “Thinking Historically: A Manifesto of Pragmatic Hermeneutics”, *Modern Intellectual History* 9 (2012): 201–216; Pierre Rosanvallon, “Inaugural Lecture, College de France”, in *Democracy Past and Future*, ed. Samuel Moyn (New York: Columbia University Press, 2006), 31–58.

<sup>3</sup> Entre outras influências, esse método também foi influenciado pelo método genealógico de Foucault, bem como pela “virada pragmática” nas ciências sociais francesas, sobretudo por sua influência em certos

## James Kloppenberg, a “grande história” e o surgimento de uma hermenêutica pragmática

O primeiro elemento de qualquer história mais pragmática do político é uma concepção mais ambiciosa do histórico. À primeira vista, tal aspiração pode parecer redundante. Afinal, a história como disciplina profissional nunca foi tão ambiciosa como na atualidade. Um número estrondoso de novos subcampos, densas monografias e periódicos especializados anunciam uma variedade de metodologias de pesquisa inovadoras e a intensa exploração de novos materiais de arquivo. Nos Estados Unidos, por exemplo, conhecemos mais sobre tópicos, regiões, comunidades e grupos específicos do passado americano do que em qualquer outro momento da história. Ironicamente, porém, a própria divisão profissional do trabalho que engendrou essa proliferação de saberes históricos particulares talvez tenha reduzido os tipos de questões que os historiadores se colocam de maneira mais geral, sobre o passado como um todo. Com algumas exceções relevantes,<sup>4</sup> é cada vez mais difícil encontrar histórias americanas que lidem com uma vasta extensão de tempo histórico ou abordem as maiores, mais amplas ou mais prementes questões intelectuais da atualidade através de métodos históricos – isto é, trabalhos que realmente levem em conta o significado abrangente e a relevância da história americana para o presente. A crítica incisiva de Willard Hurst aos estudos jurídicos por volta de 1960 talvez se aplique hoje aos estudos históricos: “O defeito fundamental é a carência de filosofia.” De acordo com Hurst, as fronteiras da pesquisa eram demasiado estritas, limitadas a seu próprio campo, pois não se fundava em ideias adequadas ao desafio intelectual que os fenômenos de ordem legal apresentavam.<sup>5</sup>

Em uma das melhores sociologias históricas do conhecimento, Thomas Kuhn alertou para o fato de que “a carência de filosofia” não deveria ser totalmente inesperada dadas as práticas profissionais cada vez mais refinadas do que ele chamou de ciência normal.<sup>6</sup> No entanto, é particularmente preocupante que essa virada profissional da história para o interior de si mesma ocorra justamente quando outras disciplinas e um público

---

membros dos Annales, conforme apresentado por Bernard Lepetit em *Les formes de l'expérience: Une autre histoire sociale* (Paris: Albin Michel, 1995). Esperamos elaborar esses outros aspectos em futuros estudos.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Jo Guldi e David Armitage, *The History Manifesto* (New York: Cambridge University Press, 2014) e uma reflexão crítica aprofundada sobre esse trabalho em “Debating the Longue Durée”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 70, no. 2 (2015).

<sup>5</sup> James Willard Hurst, “The Law in United States History”, *Proceedings of the American Philosophical Society* 104 (1960): 518–526, 521.

<sup>6</sup> Ve Thomas Kuhn, *Structure of Scientific Revolutions*, (Chicago: The University of Chicago Press, 1970).

especializado se voltam como nunca para ela. Desde o “novo historicismo” nos estudos literários e a emergência do “desenvolvimento político americano” nas ciências políticas até o desenvolvimento da sociologia histórica, passando por um verdadeiro renascimento da história constitucional nas faculdades de direito, estamos em meio a uma “virada histórica” emocionante das ciências sociais e humanas. James Kloppenberg atribui esse ressurgimento do historicismo a um distanciamento generalizado da modelagem supostamente objetiva e científica do comportamento humano e da organização social em prol de entendimentos mais interpretativos e hermenêuticos das práticas humanas e significados sociais – um movimento sustentado por projetos teóricos como os de Clifford Geertz, Charles Taylor, Jacques Derrida, Jürgen Habermas e Hans-Georg Gadamer. Conforme adverte Kloppenberg, historiadores não devem ficar “alheios a esses desenvolvimentos promissores”. A busca por sentido e relevância na história americana – às vezes praticada por cientistas sociais de ponta, outras por jornalistas competentes e muitas vezes por ideólogos e amadores – seguirá independentemente do envolvimento ou sanção profissional.

Neste momento oportuno, historiadores precisam expandir sua escala e escopo intelectual – seu campo de visão –, abarcando o retorno da grande teoria, filosofia, epistemologia e ética às ciências humanas e sociais, e começar a construir uma abordagem da história que seja ao mesmo tempo mais analítica, mais filosófica e mais sintética – em suma, mais significativa.<sup>7</sup> Em particular, a história americana deve seguir nessa direção sem sacrificar sua atual consideração profissional por conclusões meticulosamente baseadas em evidências de fontes primárias nem abandonar sua devoção histórica a narrativas cuidadosamente construídas.

Quais são as “ideias adequadas ao desafio intelectual” que tal abordagem da história americana apresenta? Embora poucas histórias concretas sirvam de modelo perfeito, vários historiadores e cientistas sociais identificaram componentes importantes para um projeto histórico americano mais ambicioso.

---

<sup>7</sup> Ver Quentin Skinner, “Return of Grand Theory” (New York, Cambridge University Press, 1985). Embora muitos sustentem que a historiografia americana atual está repleta de teoria social, a maioria não passa da simples aplicação ou demonstração de uma determinada obra teórica – geralmente a de Michel Foucault. O apelo por uma história mais analítica, filosófica e sintética prevê algo bem diferente, a saber ideia de que a história realmente produziria inovações na teoria social e política.

Já em 1956, em um ensaio pujante intitulado “History and the Social Sciences”, Richard Hofstadter exortava os historiadores a ampliar seu olhar interpretativo e buscar uma abordagem mais analítica, interdisciplinar e sociocientífica da história.<sup>8</sup> Hofstadter expôs abertamente as limitações de histórias narrativas tradicionais cujos autores “raramente hesitam em recontar uma história que já é consideravelmente conhecida”, bem como as restrições de monografias baseadas em estudos de caso de tal modo focados que deixam tanto leitores quanto autores “em dúvida se o que há de novo nelas é realmente significativo”. Ele estimulava os historiadores a ultrapassar seus limites disciplinares tradicionais e a olhar para as ciências sociais em sentido amplo (sociologia, psicologia, ciências políticas, economia e mesmo teoria crítica) a fim de aprimorar a “autoconsciência metodológica” e a “dimensão analítica” de seu trabalho e assim aproximá-lo do “clima intelectual moderno”. Mas Hofstadter não se contentava com a simples adoção histórica de métodos ou técnicas das ciências sociais (conforme posteriormente praticado pela chamada “nova” história política e social) ou o mero uso de materiais históricos para ilustrar teorias sociais preconcebidas e compromissos políticos (como no caso da chamada “nova” história cultural). Mais do que isso, ele vislumbrou uma ampliação generalizada da própria investigação histórica, segundo a qual não caberia ao historiador “se satisfazer com os resultados de uma pequena mas sólida parcela do fazer histórico”. Em vez disso, o historiador deve “lidar com certas questões macroscópicas insistentes” – temas importantes como a natureza da Reforma ou do Renascimento, as causas da Revolução Industrial, os efeitos da guerra, as consequências da instabilidade social e “as grandes reviravoltas da experiência humana, tentadoramente inexplicadas ou parcialmente explicadas, ainda controversas”. Hofstadter não tinha a ilusão de que os historiadores enfim “resolveriam” ou responderiam a essas questões perenes, mas ele entendia que a tarefa

---

<sup>8</sup> Richard Hofstadter, “History and the Social Sciences”, in *The Varieties of History: From Voltaire to the Present*, ed. Fritz Stern (New York: Meridian Books, Inc., 1956), 359–370. Sou grato a Ira Katznelson, um dos principais defensores da história analítica das ciências sociais hoje, por me chamar a atenção para esse ensaio. Ver Ira Katznelson, “The Possibilities of Analytical Political History”, in *The Democratic Experiment: New Directions in American Political History*, eds. Meg Jacobs, William J. Novak e Julian E. Zelizer, (Princeton: Princeton University Press, 2003), 381–400. Ver também Katznelson, “Rewriting the Epic of America”, in *Shaped by War and Trade: International Influences on American Political Development*, eds. Katznelson e Ira Shefter, (Princeton: Princeton University Press, 2002), 3–23; e Katznelson, “Periodization and Preferences: Reflections on Purposive Action in Comparative Historical Social Science”, in *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*, eds. James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer (New York: Cambridge University Press, 2003), 270–301.

histórica em causa – “tão grande em suas implicações, tão irremediavelmente complexa, [...] tão formidavelmente desafiadora” – era nada menos que a “representação da própria situação humana”.<sup>9</sup>

É possível detectar uma aspiração igualmente grandiosa no ressurgimento recente do interesse pela sociologia histórica. Theda Skocpol identificava sociólogos históricos por sua disposição de “fazer perguntas de maior vulto do que a maioria dos cientistas sociais jamais sonhou fazer”.<sup>10</sup> Ao tentar lidar com ação individual e trabalho coletivo ao mesmo tempo em que se ocupa de estruturas socioeconômicas e mudanças históricas em narrativas que mesclam desenvolvimento conceitual, generalização comparativa e evidência empírica, a sociologia histórica exemplifica de várias maneiras o tipo de investigação analítica endossada por Hofstadter. Poucos contestariam que os textos histórico-sociológicos clássicos de Montesquieu, Tocqueville, Marx, Weber e Durkheim ou as variantes mais modernas de Barrington Moore, Karl Polanyi, E.P. Thompson e Immanuel Wallerstein oferecem modelos convincentes de estudos históricos movidos por questões mais do que adequadas ao desafio de interpretar o passado. Mais recentemente, os esforços de sociólogos como Nikolas Rose e David Garland ao elaborar e colocar em prática a ideia de Michel Foucault acerca de uma “história do presente” também demonstram o potencial de uma história crítica totalmente engajada com questões intelectuais amplas e direcionada para problemas contemporâneos urgentes.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Hofstadter, “History and the Social Sciences”, pp. 359, 362–363, 369–370.

<sup>10</sup> Theda Skocpol, “Sociology’s Historical Imagination”, in *Vision and Method in Historical Sociology*, ed. Theda Skocpol (Cambridge: Cambridge University Press, 1984), 8. Ver também Philip Abrams, *Historical Sociology* (Ithaca: Cornell University Press, 1982); Dennis Smith, *The Rise of Historical Sociology* (Philadelphia: Temple University Press, 1991); William J. Novak, “Law, Capitalism, and the Liberal State: The Historical Sociology of James Willard Hurst”, *Law and History Review* 18 (2000): 97–145.

<sup>11</sup> Michel Foucault, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, trans. Alan Sheridan (New York: Vintage Books, 1979), 31. Nikolas Rose, *Powers of Freedom: Reframing Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999); Andrew Barry, Thomas Osborne e Nikolas Rose, eds., *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-Liberalism, and Rationalities of Government* (Chicago: University of Chicago Press, 1996); David Garland, *Punishment and Welfare: A History of Penal Strategies* (Aldershot, UK: Gower Publishing Company, 1985); David Garland, *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society* (Chicago: University of Chicago Press, 2001). Assim Garland descreve sua abordagem da “história do presente”: “Espero me distanciar das convenções da história narrativa [...] Meu principal interesse é analítico, não arquivístico. Preocupo-me em entender as condições históricas de existência das quais dependem as práticas contemporâneas [...] A história que proponho é motivada [...] por uma necessidade crítica de refletir sobre o presente. Trata-se de um relato genealógico que visa rastrear as forças que deram origem às práticas do presente e identificar as condições históricas e sociais das quais ainda dependem.” Garland, *Culture of Control*, 2.

No campo da história americana, porém, é mais difícil encontrar estudiosos que trabalhem em um nível interpretativo semelhante. Conforme Thomas Bender segue lembrando aos americanistas, o desafio de conceber uma “nova” história que seja interdisciplinar, analítica, realista, sintética e que conecte o passado ao presente – lançado pela primeira vez em 1907 por James Harvey Robinson e Charles Beard à historiografia profissional moderna – não foi efetivamente cumprido até hoje.<sup>12</sup> Em particular, Bender observa a atual falta de síntese e lamenta o grau em que os elementos individuais da história americana seguem a ser explorados em detrimento de uma reflexão filosófica mais geral sobre o todo. Obviamente, uma síntese histórica convincente precisa ocorrer em duas dimensões – sequencial (a dimensão diacrônica e temporal, que exige a síntese de grandes extensões de tempo e a identificação de momentos-chave de descontinuidade e mudança) e contextual (a dimensão sincrônica e sociológica, que requer a síntese de cada aspecto particular da história – o elemento econômico, por exemplo – com outros fenômenos paralelos e inter-relacionados que o circundam – aspectos sociais, culturais, políticos, jurídicos, diplomáticos etc.).<sup>13</sup> Em uma época em que a história americana deveria expandir seu escopo tanto sequencial quanto contextual, vemos trabalhos confinados a períodos e temas históricos cada vez mais restritos e um campo aparentemente despreocupado, ao passo que grandes áreas de investigação – direito, economia, negócios, política, políticas públicas, ciência, tecnologia, medicina e política externa – emigram para escolas profissionais e outros departamentos, produzindo uma concepção cada vez mais estreita de interdisciplinaridade.

No entanto, alguns historiadores resistem a essas tendências gerais. Como discutiremos na próxima seção, na França, o trabalho de Pierre Rosanvallon oferece um excelente exemplo de histórica filosófica, analítica e sintética. Seu projeto intelectual consiste em uma ambiciosa investigação sobre o significado e a relevância da história moderna francesa, desde a revolução até a ascensão e alegada queda do Estado de bem-

---

<sup>12</sup> James Harvey Robinson e Charles A. Beard, *The Development of Modern Europe*, 2 vols. (New York: Ginn, 1907–1908); James Harvey Robinson, *The New History: Essays Illustrating the Modern Historical Outlook* (New York: Macmillan, 1913). Thomas Bender, “In Retrospect: The New History – Then and Now”, *Reviews in American History* 12 (1984): 612–622; Bender, “Wholes and Parts: The Need for Synthesis in American History”, *Journal of American History* 73 (1986): 120–136; Bender, “Strategies of Narrative Synthesis in American History”, *American Historical Review* 107 (2002): 129–153.

<sup>13</sup> Para uma excelente discussão sobre a importância das dimensões sequencial e contextual na investigação histórica, ver James Willard Hurst, *Justice Holmes on Legal History* (New York: Macmillan, 1964).

estar social contemporâneo. Sua história é animada por um interesse predominante e autoconsciente em abordar as grandes questões da teoria política, filosofia social e historiografia – as relações entre liberdade e igualdade, economia e sociedade, direitos individuais e democracia, autonomia e opressão, generalidade e particularidade, continuidade e mudança e revolução.

Em outras palavras, a história de Rosanvallon está enraizada primeiro na filosofia – nas grandes questões e trabalhos como os de Rousseau e Constant sobre liberdade, de Guizot e Tocqueville sobre democracia ou de Durkheim e Dumont sobre modernidade. Seu projeto é rigorosamente histórico em termos de pesquisa, fontes e análises, mas conscientemente sintonizado com os problemas do passado recente, do presente e do futuro: o poder do totalitarismo, a patologia do neoliberalismo do pós-guerra e a possibilidade de uma política liberal-democrática mais ambiciosa. Para ele, as respostas a essas questões fundamentais não são acessíveis por meio da teoria ou da estatística, muito menos da ideologia. Elas só estão provisoriamente disponíveis através da investigação, ponderação e avaliação da forma como tais problemas foram de fato resolvidos em ambientes humanos reais, em diferentes contextos socioeconômicos e em momentos específicos do tempo histórico. O estudo da história então deixa de ser ilustração ou demonstração de uma teoria social ou política e torna-se um esforço interpretativo e filosófico em si mesmo ou, como diz Hofstadter, uma “representação da própria situação humana”.<sup>14</sup>

Nos Estados Unidos, o melhor exemplo de historiador a se ocupar dessa tradição interpretativa abrangente talvez seja James T. Kloppenberg. Como Rosanvallon, Kloppenberg trabalha com todo o quadro da história, integrando em sua síntese questões que envolvem os ideais que animavam os fundadores americanos, as reformulações desses ideais no período crítico após a Guerra Civil e antes do New Deal, bem como o destino contemporâneo do Estado de bem-estar social moderno americano. Kloppenberg também está profundamente empenhado em escrever a história como um empreendimento filosófico

---

<sup>14</sup> Pierre Rosanvallon, *The New Social Question: Rethinking the Welfare State* (Princeton: Princeton University Press, 2000); Rosanvallon, *L'État en France de 1789 à nos jours* (Paris: Seuil, 1990); Rosanvallon, *La démocratie inachevée: Histoire de la souveraineté du peuple en France* (Paris: Gallimard, 2000). Para uma análise provocativa da obra de Rosanvallon, ver Andrew Jainchill e Samuel Moyn, “French Democracy between Totalitarianism and Solidarity: Pierre Rosanvallon and Revisionist Historiography”, *Journal of Modern History* 76 (2004): 107–154.



e teórico impulsionado pelo interesse em questões fundamentais conforme se refletem em lutas históricas concretas, especialmente a relação entre liberalismo e democracia e as ideias de autonomia e soberania popular.

O projeto de Kloppenberg ainda acrescenta alguns componentes importantes à noção de uma história mais filosófica. Primeiro, seu trabalho é comparativo e internacional, sugerindo que a história americana só pode ser integralmente compreendida se comparada a desenvolvimentos em outras partes do mundo. Segundo, Kloppenberg também incorpora à sua análise do desenvolvimento político, social e econômico americano um papel destacado para a religião e a ética, como se vê mais claramente em sua reabilitação das “virtudes” do liberalismo americano.

Por fim, a mais importante das inovações metodológicas de Kloppenberg no sentido de uma história mais filosófica talvez seja sua defesa epistemológica rigorosa do historicismo. Ao documentar minuciosamente o surgimento do historicismo em seu momento histórico originário, durante a crise filosófica da modernidade, Kloppenberg consegue expor as ligações entre uma “sensibilidade histórica” e as importantes contribuições intelectuais do pragmatismo americano, demonstrando que a hermenêutica pragmática segue relevante ainda hoje.

Dadas as condições e os esforços contemporâneos, Kloppenberg argumenta que não é mais possível entender adequadamente ideias como liberalismo ou democracia “em termos de definição ou teoria abstrata”. Segundo ele, “apenas relatos históricos podem evidenciar como pessoas reais manejavam, equilibravam ou mantinham em suspensão” ideais e pressões concorrentes, tanto públicos quanto privados. Ainda conforme Kloppenberg, “apenas análises históricas podem revelar se, ou em que medida, os problemas identificados ou as soluções propostas por [...] teóricos se conectavam com a vida que as pessoas levavam e as escolhas a que eram forçadas ou que podiam fazer.”<sup>15</sup>

Juntos, Rosanvallon e Kloppenberg revigoram a ideia da história como empreendimento filosófico e didático. Tal análise requer que o historiador leve em conta vastas porções de tempo histórico e levante as questões mais amplas possíveis a partir do material histórico. Trata-se de uma história em diálogo com a teoria política e social e em

---

<sup>15</sup> James T. Kloppenberg, *The Virtues of Liberalism* (New York: Oxford University Press, 1998), 9; Kloppenberg, *Uncertain Victory: Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870–1920* (New York: Oxford University Press, 1986).



sintonia com as questões filosóficas que impulsionaram investigações como as de Tocqueville, Weber ou Dewey. É uma história escrupulosa em seu método e análise e, ainda assim, sem medo de fazer julgamentos normativos explícitos acerca do passado. Afinal, a história filosófica permanece ativamente comprometida com o presente. Em vez de se ocupar de eventos e materiais históricos em função de um interesse nostálgico pelo passado – como um exercício acadêmico ou antiquário que gera dados, preenche lacunas, corrige erros ou dá vida ao passado –, a história filosófica é movida por uma preocupação explícita com o futuro. Nesse contexto, o passado nada mais é do que a escola mais útil, um guia prudente e fonte criteriosa de impressões sobre a natureza e as tendências das sociedades modernas.

### Pierre Rosanvallon e a reconstrução pragmática do político

Richard Rorty argumentava que toda história filosófica verdadeiramente moderna envolve um compromisso com o historicismo pragmático. Ele afirmava que aceitar “a contingência dos nossos pontos de partida é aceitar a herança dos seres humanos que vieram antes de nós, e nosso diálogo com eles, como única fonte de orientação”. Rorty dizia ainda que “nossa glória está em participar de projetos humanos falíveis e transitórios, não na obediência a eternas restrições não humanas”.<sup>16</sup>

Pierre Rosanvallon e James Kloppenberg incorporaram esse *insight* pragmático filosófico crucial em suas buscas complementares por uma abordagem mais filosófica da história. No caso de Kloppenberg, a virada pragmática no contexto da história política é evidente na sua adoção metodológica da hermenêutica pragmática e na sua história intelectual do próprio pragmatismo como fenômeno histórico.<sup>17</sup> No caso de Rosanvallon, a transição foi mais gradual e até implícita. Desvendar essa mudança em sua obra implica algumas lições importantes para os futuros desenvolvimentos de uma história mais pragmática do político. Para Rosanvallon, o foco no político é simultaneamente um *objetivo* e um *método*, ou um campo e um *projeto*. Ele argumenta que os “objetivos e métodos são indissociáveis” na medida em que o político é tanto um modo de existência quanto uma

---

<sup>16</sup> Richard Rorty, *Consequences of Pragmatism: Essays, 1972–1980* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982), 166.

<sup>17</sup> James T. Kloppenberg, *Uncertain Victory*.

aspiração das realizações conjuntas de uma determinada entidade política. Em suas palavras: “Ao me referir ao ‘político’ como substantivo, sugiro tanto uma modalidade de existência de vida em comum quanto uma forma de ação coletiva.”<sup>18</sup> Na concepção do político de Rosanvallon, três conceitos ou “palavras-chave” são centrais: imaginário social, história e democracia.

O imaginário social refere-se primeiro ao domínio simbólico abrangente em que ocorre a vasta gama de atividades sociais. É a marca de uma “sociedade reconhecida por seus membros como um todo que confere relevância a suas partes constituintes”.<sup>19</sup> De acordo com Rosanvallon, o político “existe em virtude” desse imaginário social ou, mais explicitamente, é o “processo através do qual uma coletividade humana” se torna uma comunidade. Dessa forma, o político fornece “o conjunto de procedimentos que instituem o social”. Além disso, Rosanvallon insiste que o político deve ser entendido como uma história, um “terreno onde a sociedade trabalha a si mesma”.<sup>20</sup> O político é ao mesmo tempo um modo de ser na sociedade moderna e o modo que uma sociedade – incluindo seus historiadores e teóricos sociais que dela fazem parte – estabelece para trabalhar a si mesma. Por fim, é justamente por isso que o político oferece uma entrada particularmente fecundo na análise do democrático – a democracia entendida como modo de organização social e regime político.

Com base nessas partes constituintes, Rosanvallon sustenta que “o político pode, portanto, ser definido como o processo que permite a constituição de uma ordem aceita por todos por meio da deliberação sobre as normas de participação e distribuição.”<sup>21</sup> De acordo com essa caracterização, o político não é uma *coisa* mas um processo. O político democrático é explicitamente uma história na medida em que uma concepção democrática do político está sempre aberta à autotransformação de uma dada sociedade. Rosanvallon lança luz sobre essa perspectiva ao pagar uma dívida intelectual para com Claude Lefort, que, segundo ele, desempenhou um papel essencial ao levar *le politique* para o centro de uma história inovadora da democracia.

---

<sup>18</sup> Pierre Rosanvallon, *Democracy Past and Future*, ed. Samuel Moyn (New York: Columbia University Press, 2006), 36.

<sup>19</sup> *Democracy Past and Future*, 34.

<sup>20</sup> *Democracy Past and Future*, 74.

<sup>21</sup> *Democracy Past and Future*, 61.

A história filosófica do político implica (conforme Claude Lefort) “a noção de que as relações entre os seres humanos e o mundo são geradas por um princípio ou corpo de princípios”. Segundo essa perspectiva, não bastaria traçar uma linha entre o político e o social, tomando como referência a dimensão simbólica própria da sociedade. Não é o caso de contestar o enquadramento do político no âmbito simbólico (o que leva, diga-se de passagem, a considerar fundamental a relação entre o político e o religioso). No entanto, isso requer mais precisão.<sup>22</sup>

Rosanvallon insiste que, para entender como as relações entre indivíduos pode ser constituída através do político, não é suficiente afirmar a autonomia do político em relação ao social, econômico ou cultural. Trata-se antes de fundamentar o político na “dimensão simbólica da sociedade”. Lefort e Rosanvallon sustentam que, em uma democracia, a dimensão simbólica em que a sociedade se constitui permanece aberta, reinventando-se constantemente.

A proposta de Rosanvallon para uma história “do político” como substantivo é, portanto, distinta das histórias mais convencionais da “política” *per se*, relativa a eleições, a políticas partidárias e à conduta de instituições governamentais. De fato, aqui, a política cotidiana está mais próxima domínio do profano. Em contrapartida, o político, como campo de ação profundamente simbólico, emerge do extraordinário em oposição às práticas corriqueiras do cotidiano. Nas palavras de Rosanvallon:

Referir-se ao ‘político’ em vez de à ‘política’ é falar de poder e lei, Estado e nação, igualdade e justiça, identidade e diferença, cidadania e civilidade – em suma, de tudo o que constitui a vida política para além do campo imediato da competição partidária pelo poder político, da ação governamental cotidiana e da função corriqueira das instituições.<sup>23</sup>

Aqui, as ações ‘cotidianas’ do governo e a função ‘corriqueira’ das instituições são constituídas por uma projeção simbólica mais ampla que emerge de ocorrências extraordinárias ou excepcionais. Rosanvallon deixa clara essa distinção quando escreve que a “relação entre história social e história conceitual é paralela à relação entre períodos ordinários e revolucionários”.<sup>24</sup> Conforme ele sugere, a história social aborda o social como o espaço de onde é possível extrair sentido a partir de relações de poder, modos de

---

<sup>22</sup> *Democracy Past and Future*, 60.

<sup>23</sup> *Democracy Past and Future*, 36.

<sup>24</sup> *Democracy Past and Future*, 73.

dominação e modos de ação costumeiros. Por outro lado, a história conceitual do político tenta localizar os momentos excepcionais ou “revolucionários” em que a sociedade entra em confronto consigo mesma e “constitui” um imaginário simbólico significativo – no mais profundo sentido da palavra. Dito de outra forma, não é possível entender como um determinado imaginário social é formado explorando apenas os momentos corriqueiros da vida cotidiana ou recorrendo a uma suposta “ordem natural das coisas”. Segundo Rosanvallon, “esse padrão corriqueiro só adquire significado quando transferido para o processo de transformação das instituições e dos modos de pensar”.<sup>25</sup>

O trabalho mais recente de Rosanvallon vai ainda mais fundo nas diferenças entre entender o político como um domínio excepcional e simbólico e uma abordagem mais pragmática, focada na política cotidiana concreta. Ao mesmo tempo, nos anos 2000, Rosanvallon passou a desenvolver um interesse renovado nas formas cotidianas e corriqueiras de ação política, que ele havia reduzido a uma esfera de certo modo secundária da política. Ao observar mais diretamente a crise contemporânea da democracia, Rosanvallon começou a desviar sua atenção do papel extraordinário e sagrado do imaginário social como a base para uma história do político e passou a investir em uma concepção mais pragmática e costumeira. Em particular, seus projetos editoriais acerca das transformações da democracia contemporânea nos campos da cidadania, legitimidade, da igualdade e do governo ofereceram uma resposta abrangente e historicamente fundamentada para o problema da ressimbolização da democracia na contemporaneidade por meio de um novo foco na política concreta e no cotidiano. Rosanvallon deixou clara sua ambição com esses projetos quando escreveu que a “simbolização da política não será transfiguração florida ou encantamento da realidade, mas a constante lembrança de uma tarefa a ser realizada: a constituição de um povo inlocalizável em uma comunidade política viva.”<sup>26</sup> Ele faz uma afirmação semelhante em outro ponto quando sugere, por exemplo, que criar um imaginário social será possível “com a condição, sem dúvida, de que seja repensado e reformulado do zero”.<sup>27</sup> Afinal, o que implica exatamente essa reconstrução? Isso

---

<sup>25</sup> *Democracy Past and Future*, 74.

<sup>26</sup> Rosanvallon, *La démocratie inachevée: Histoire de la souveraineté en France* (Paris: Gallimard, 2000), 204.

<sup>27</sup> *La démocratie inachevée...*, 197.

marcaria um deslocamento de suas concepções anteriores, tanto em sua trilogia quanto em suas principais declarações metodológicas?

Rosanvallon fala especificamente desse processo de ressimbolização quando escreve o seguinte:

Há toda uma gama de trabalhos práticos de ressimbolização, de produção de generalidade, de tradução e de interpretação da realidade que precisam ser realizados. Contra concepções excepcionalistas do político, o retorno do político teria que ser entendido como procedente de um conjunto de ações e discursos a fim de produzir interesses comuns e tornar o sistema de inteirações sociais mais legível e mais visível.<sup>28</sup>

Ele segue argumentando que tal processo requer “restituir sentido à política”, o que, ele insiste, “é antes de tudo uma questão de reconstituição e exposição pública, a fim de abrir caminho para sua avaliação e modificação, os modos efetivos pelos quais o sistema social é produzido”.<sup>29</sup>

Há várias dimensões importantes nessa avaliação que requerem consideração cuidadosa para a compreensão do processo de ressimbolização em que Rosanvallon esteve envolvido durante sua última década no Collège de France. Em primeiro lugar, conforme ele argumenta, o próprio ato e procedimento de escrita e pesquisa acerca do democrático desempenham um papel fundamental nesse processo:

Há um trabalho de escrita e publicação a ser assumido que, nesse sentido, equivale à própria fundação do político. Esse trabalho teria como objetivo dar um vocabulário à experiência social e delinear o quadro em que ela adquire significado – e assim propiciar que se reforme.<sup>30</sup>

Neste ponto Rosanvallon se reconecta com um tema consistente ao longo de sua carreira. Em 1995 ele já afirmava que esse “modo de conceber a profissão do historiador também leva a uma reconsideração da relação entre o trabalho erudito e a preocupação cívica. A força dessa história do político está em conceber o trabalho acadêmico de forma que ele participe plenamente do processo cívico”.<sup>31</sup> Em uma formulação posterior, ele estreita ainda mais a lacuna entre *vita activa* e *vita scientia* ao salientar o papel que suas

<sup>28</sup> *La démocratie inachevée...*, 250.

<sup>29</sup> *La démocratie inachevée...*, 250.

<sup>30</sup> *La démocratie inachevée...*, 250.

<sup>31</sup> Rosanvallon, “Faire l’Histoire du politique”, *Esprit*, (février 1995): 36.

obras desempenham para o reencantamento do próprio político. A partir dessa perspectiva, a tetralogia não foi apenas um processo de investigação suplementar.<sup>32</sup> O compromisso explícito de livros que focam especificamente as transformações contemporâneas da democracia, ao mesmo tempo em que se valem de longas trajetórias históricas, fornecem um vocabulário e uma perspectiva aos que estão diretamente engajados em nosso presente democrático. Nesse sentido, não é por meio de decisões ou atos extraordinários, mas através das atividades cotidianas e até seriadas de pesquisa, escrita e edição que Rosanvallon e outros que também pensam o democrático contribuem para a produção de um conceito mais pragmático do político.

Em segundo lugar, Rosanvallon argumenta que esse processo de reencantamento “exige uma autêntica redescoberta da política corriqueira, concebida em termos simples e ao mesmo tempo radicais e profundos”.<sup>33</sup> Ele então afirma que “a esperança seria encontrar engajamentos práticos em uma democracia concebida como atividade social”.<sup>34</sup> É neste ponto que Rosanvallon parece ter se distanciado mais de sua concepção anterior do político. Ele se desloca explicitamente no sentido de uma revalorização da “política corriqueira”, que ele afirma precisar ser “redescoberta”. Nesse novo contexto, não é mais o extraordinário que fornece as bases para o acesso ao político, mas sim um reinvestimento na busca habitual da política cotidiana. Ainda que permaneçam “simples”, esses engajamentos políticos cotidianos podem ser também “radicais e profundos”. Em um contexto de amplo desencanto democrático, as buscas habituais e cotidianas de engajamento político assumem um significado novo, mais profundo.

Por fim, em terceiro lugar, esse novo processo de ressimbolização envolve uma busca por “engajamentos práticos” conceituados como formas de “atividade social”. Com isso, Rosanvallon elabora um investimento mais profundo nas questões práticas do engajamento político. A tentativa de participar de certas atividades cotidianas ganha um novo significado se percebida como tendo relevância “social”. Novamente, é o foco decididamente pragmático da concepção de Rosanvallon que chama a atenção. A ordem simbólica não

---

<sup>32</sup> A tetralogia de Rosanvallon consiste nos quatro livros que ele escreveu sobre a transformação da democracia contemporânea: *La contre-démocratie. La politique à l'âge de la défiance* (Paris: Seuil, 2006); *La légitimité démocratique. Impartialité, réflexivité, proximité* (Paris: Seuil, 2008); *La société des égaux* (Paris: Seuil, 2011); *Le bon gouvernement* (Paris: Seuil, 2015).

<sup>33</sup> *Democracy Past and Future*, 250.

<sup>34</sup> *Democracy Past and Future*, 250.

parece mais emergir de momentos religiosos secularizados ou excepcionais que perduram na ampla gama de atividades cotidianas. O simbólico surge diretamente das práticas e engajamentos comuns e cotidianos.

É nesse contexto que talvez seja possível entender melhor um dos projetos editoriais mais recentes de Rosanvallon, *Raconter la vie*, uma série de livros relativamente efêmera, mas ambiciosa e oportuna, lançada por ele em 2014 sob a direção de Pauline Peretz. O projeto, conforme ele apresenta em seu livro *Le parlement des invisibles*, foi inspirado pelos esforços de observação social do século XIX, em particular pela série *The French Painted by Themselves*. De acordo com Rosanvallon,

diante da ‘má-representação’ de partidos políticos, que leva a apresentações ideológicas a caricaturas da realidade, é preciso construir uma *representação-narrativa* para que os ideais democráticos ganhem nova vida e forma. Chegou a hora de propor uma série de respostas para as expectativas de reconhecimento que se manifestam, a fim de constituí-las em um movimento explícito e dar-lhes um sentido positivo e coerência.<sup>35</sup>

É difícil imaginar uma declaração mais forte acerca do processo de ressimbolização no cerne das últimas obras e engajamentos cívicos de Rosanvallon.

O que é chama a atenção, porém, é a forma que essa nova série de representações assumiu. De fato, o tema da série parece quase diametralmente oposto aos tipos de questões que Rosanvallon explorou em sua trilogia sobre a democracia do século XIX, em que o momento excepcional da Revolução Francesa dá origem a um imaginário duradouro da política francesa. Uma lista de temas da série *Raconter la vie* basta para demonstrar o novo investimento no cotidiano: *Chercheur au quotidien* (pesquisador no cotidiano); *Moi, Anthony, ouvrier d’aujourd’hui* (eu, Anthony, trabalhador hoje); *La femme aux chats* (a mulher dos gatos); *Le corps des autres* (o corpo dos outros); *La barbe* (a barba); *Dans l’oeil du gardien* (pelos olhos do vigilante); *Un homme à la crèche* (um homem na creche) etc. Por meio de cada um desses livros – seja examinando a vida de um pai que deixa seu filho na creche, retratando um trabalhador no salão de beleza ou relatando o dia a dia a dia de um pesquisador –, *Raconter la vie* foi motivado pelo desejo de ampliar a legibilidade social em tempos de profunda transformação e contribuir para a formação de um novo imaginário

<sup>35</sup> Rosanvallon, *Le Parlement des invisibles*, *Raconter la vie* (Paris: Seuil, 2014).



social, participando assim da ressimbolização necessária à reinvenção e ao recentramento do político.

Com esse e outros projetos, Rosanvallon obviamente desenvolvia as ideias apresentadas em sua história conceitual do político. No entanto, parece ter havido uma mudança em como o político se torna a categoria significativa para a compreensão da existência humana. Ao reinvestir em ações e práticas cotidianas e enquadrá-las como modos de engajamento social, Rosanvallon incluía em sua concepção do político um engajamento cada vez mais prático e pragmático. O político não surge mais apenas do excepcional, mas da pragmática de resolver os problemas cotidianos quando são percebidos como formas de produção social.<sup>36</sup>

Considerando essa transição para o cotidiano pragmático, ousamos perguntar: Que atividades podem ser consideradas nesse processo ou ressimbolização? De uma perspectiva talvez mais capciosa, ainda assim importante, podemos partir dessa questão e retornar à distinção entre o político e a política nas formulações anteriores de Rosanvallon. Nesse caso seria sensato perguntar se o dia a dia de um político, ativista comunitário ou militante partidário também não poderia ser levado em conta em um processo de ressimbolização. Em termos ligeiramente distintos: Poderia haver um livro na série *Raconter la vie* chamado *Um dia na Assembléia Nacional* ou *O cotidiano de um político militante*? Se de fato o político emerge de nossas práticas e atividades cotidianas, a política não participaria da construção de um novo imaginário social? Uma virada no sentido da pragmática e da valorização do cotidiano pode, portanto, e talvez paradoxalmente, nos levar a reavaliar as intrigas, rivalidades e instrumentalizações que compõem a política cotidiana que conhecemos tão bem, que nos fascina com tanta facilidade e que por vezes nos enfurecem.

A concepção mais pragmática do político que motiva os projetos mais recentes de Rosanvallon podem, afinal, desafiar o valor da política trivial e nos forçar a reconsiderar a

---

<sup>36</sup> Rosanvallon parece compartilhar ao menos alguns pontos em comum com certas perspectivas sobre a democracia radical que tentaram integrar uma visão pragmática na linha de *La société des égaux* com uma concepção mais fortemente simbolizada, ou “visionária”, do político. É possível estabelecer, por exemplo, uma proximidade com o recente trabalho de Romand Cole intitulado *Visionary Pragmatism*. Nele, Cole argumenta que o “pragmatismo visionário se orienta por uma noção profunda de que as ressonâncias, fluxos e sistemas dinâmicos alternativos associados com o trabalho e a ação política de um *hatibus* democrático radical podem ser indispensáveis à abertura de sentidos e ao aprimoramento da nossa capacidade de teorização e erudição”. *Visionary Pragmatism: Radical and Ecological Democracy in Neoliberal Times* (Duke University Press, 2016).

importância e o status do jogo político. De fato, parece que, na medida em que nossas democracias flertam com novas formas de autoritarismo – apesar das eleições e dos partidos que compõem a esfera político, e às vezes graças a eles mesmos –, o político e a política parecem cada vez mais entrelaçados. Mais e mais, parece que somos confrontados com os eternos emaranhamentos das esferas da vida social que constituem o político – direito público, Estado, nação – e com as manobras imprevisíveis e constantes daqueles que buscam o poder político do outro. A partir dessa perspectiva, a virada pragmática de Rosanvallon parece oferecer um ponto de partida promissor para a reflexão acerca das novas circunstâncias do político.

### Conclusão: a promessa de uma história pragmática do político

Kloppenber e Rosanvallon deram, portanto, importantes passos adiante em três sentidos. Primeiro, ambos nos levam a explorar histórias políticas de escopo filosófico amplo de modo a abandonar as estreitas subdivisões da profissão histórica. Baseando-se em diferentes fontes e mobilizando-as de maneiras distintas, juntos eles oferecem um ambicioso alicerce para pensarmos de que maneira as histórias de ação pública podem eliminar noções formais de conceitos como “Estado” e “direito” e, portanto, a direção para onde é necessário olhar a fim de desvelar uma história explicitamente pragmática. Em segundo lugar, ambos revelam a importância de uma abordagem mais pragmática do filosófico que enfatiza os usos da história e do filosófico ao longo do tempo ao mesmo tempo em que explora como essa concepção filosófica é incorporada e produzida por modos concretos da prática cotidiana. Por fim, eles revelam de maneiras distintas o valor de uma abordagem histórica da democracia. Em ambos os casos, a democracia torna-se um processo pragmático e filosófico. De fato, conforme argumenta Rosanvallon, a democracia não só pode ser contata como uma história, ela é uma história. Uma história do político democrático, portanto, mobiliza questões mais instrumentais da política para revelar uma vida democrática socialmente fundamentada. Logo, é no interior e por meio dessa abordagem pragmática que a democracia pode se tornar referência para uma compreensão filosoficamente informada da ação social.